

Identidade e colonialidade: representações sociais das brasileiras por universitários em Portugal

DOI: 10.12957/irei.2024.83725

Aline Bazzarella Merçon¹

Resumo

Tendo em conta que a diversidade trazida pelos imigrantes é um fator de desenvolvimento cultural, econômico e social e que reforça a importância da harmonia e do entendimento entre os povos, é pertinente compreender como se estabelecem as representações sociais das mulheres brasileiras por parte dos estudantes universitários em Portugal. O interesse deste estudo surgiu a partir da observação de práticas discursivas e obstáculos aparentemente trazidos por memórias coletivas do colonialismo identificadas na experiência dessas imigrantes no país. Este artigo, de caráter interdisciplinar e ancorado na área dos Estudos Culturais, teve como objetivo principal analisar as representações sociais na opinião de estudantes brasileiros e portugueses das Universidades de Aveiro, Coimbra e Minho. Para além de fundamentos teóricos com base em uma revisão sistemática da literatura, o estudo empírico, de natureza predominantemente qualitativa, desenvolveu-se a partir da aplicação do grupo focal, submetido à Análise de Conteúdo. Essa metodologia possibilitou uma reflexão crítica e discussão sobre a questão das identidades, diversidades e inter-relações culturais na era da globalização, ao mesmo tempo que também foram analisadas as dificuldades de natureza sociocultural que permeiam essas inter-relações no contexto lusófono.

Palavras-chaves

identidades; representações sociais; mulheres brasileiras em Portugal.

Identity and coloniality: social representations of brazilian women by university students in Portugal

Abstract

Considering that the diversity brought by immigrants is a factor of cultural, economic, and social development and reinforces the importance of harmony and understanding among peoples, it is important to understand how social representations of Brazilian women are established by university students in

¹ Doutora em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro (UA) e Minho (UMINHO). Mestre em Ciências da Educação com especialização em Formação Pessoal e Social pela Universidade de Aveiro. Professora Adjunta no Curso de Licenciatura em Educação Social do ISCIA (Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração - PT) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4959-5741> Email: alinebmercon@hotmail.com.

Portugal. The interest in this study originated from observations of discursive practices and challenges, seemingly rooted in the collective memories of colonialism experienced by these immigrants in the country. This article, interdisciplinary in nature and grounded in the field Cultural Studies, aims to analyze the social representations in the opinion of Brazilian and Portuguese students from the Universities of Aveiro, Coimbra and Minho. Beyond theoretical foundations drawn from a systematic literature review, the empirical study, predominantly qualitative in nature, was conducted through focus groups, analyzed using Content Analysis. This methodology facilitated critical reflection and discussion on issues of identity, diversity, and cultural interrelations in the era of globalization, while also examining the socio-cultural challenges inherent in these interrelations within the Lusophone context.

Keywords

identities; social representations; Brazilian women in Portugal.

1 Introdução

De caráter interdisciplinar, este artigo é desenvolvido no âmbito dos Estudos Culturais. De acordo com Baptista (2009), os Estudos Culturais, desde a sua gênese, apresentam-se como um campo de investigação em que diferentes abordagens se interseccionam, sugerindo múltiplas reflexões teóricas e metodológicas. Com um olhar político e social interessado, trata-se de uma área de estudo intrinsecamente interventiva, que se fundamenta na contestação dos limites socialmente construídos. A principal característica dos Estudos Culturais é revelar um leque de inquietações que abrangem os vários domínios da cultura, buscando propiciar questionamentos acerca dos discursos reguladores da sociedade e das práticas cotidianas contemporâneas assentes em relações de poder, bem como compreender as discussões em torno das temáticas da identidade, sexualidade, gênero, etnia, nacionalidade, pós-colonialismos, representações sociais, globalização, migrações, entre outras.

Na Europa, Portugal vem se destacando como um dos principais destinos dos imigrantes brasileiros. Esse fenômeno apresenta-se a partir de novas e variadas configurações, sendo impulsionado não somente por fatores relacionados com questões laborais ou melhores condições de vida, mas também por motivos de estudo. Partindo desse ponto de vista, importa observar outra categoria de imigração, em que o imigrante temporário se insere. Conforme ressaltam Leandro, Cunha e Baumann (2015, p. 182):

Um estudante pode ser considerado um i/migrante, porque, à partida, apesar de não vir para procurar emprego, ele permanece durante um certo tempo com a ideia de conseguir o mínimo de inserção social na sociedade para onde se desloca para estudar, isto é, guardando a sua identidade e não se deixando assimilar pelo corpo social, tece um conjunto de laços: sociais, culturais, económicos, emocionais ou outros com a sociedade envolvente, indispensável à sua sobrevivência e co-existência.

Esse estudante também pertence à condição de estrangeiro. O termo estrangeiro (o não nacional) é considerado “aquele que não pertence à comunidade politicamente constituída” (Leandro; Cunha; Baumann, 2015, p. 184). Para os autores, esse conceito também se baseia no local de nascimento e da nacionalidade. Significa que o sujeito nasceu num país estrangeiro e não possui a nacionalidade de onde escolheu viver, portanto, conserva ainda cultura, tradições e peculiaridades do seu país de origem.

Várias pesquisas acerca da imigração de brasileiros para Portugal já foram desenvolvidas, contudo, torna-se ainda necessário evocar outras abordagens, como as representações sociais advindas da experiência da imigração estudantil, que, muitas vezes, são visitadas por questões coloniais e pós-coloniais, sendo fundamental também abordar o tema da descolonização do pensamento, que implica o questionamento acerca do que julgamos saber sobre os sujeitos e a comunidade lusófona.

Como recorte da tese de doutorado intitulada *Lusofonia e Identidade: Representações sociais recíprocas dos universitários brasileiros e portugueses* (Merçon, 2020), o presente artigo tem como foco analisar brevemente as representações sociais construídas sobre as mulheres brasileiras por universitários em Portugal. A convivência entre estudantes brasileiros e portugueses pode trazer uma série de discussões, sobretudo em torno dos modos de inserção, adaptação e dos preconceitos — reais ou presumidos — enfrentados pelas mulheres brasileiras no país de acolhimento.

Para tanto, o estudo empírico desenvolveu-se a partir da aplicação de grupos focais, cujos resultados foram submetidos à Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Guerra, 2006; Amado, 2014). O grupo focal, como estratégia metodológica qualitativa, é um recurso que envolve a partilha de opiniões e ideias, favorecendo a obtenção de dados por meio do debate em grupo, para além de servir como um método de investigação social comprometido com a abordagem metacientífica compreensivista, ou seja, busca um maior entendimento acerca do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga; Gondim, 2001).

2 Globalização e a Imigração Feminina

Ainda dentro do termo migrante associado à figura do estrangeiro, observamos que, como consequência, tal noção acaba por enveredar para a ideia do “diferente”, cuja dissemelhança e alteridade podem provocar nos cidadãos autóctones uma reação instintiva de desconfiança e rejeição, ou pode constituir relações de proximidade totalmente positivas (Leandro; Cunha; Baumann, 2015).

Sendo assim, é preciso assumir uma postura de integração para que as comunidades de origem estrangeira não se sintam rejeitadas, desfavorecidas ou marginalizadas em relação aos nacionais. Neste sentido, Maalouf (1999) esclarece que o país de acolhida não deve ser visto e sentido como se fosse uma página em branco, nem mesmo como uma página acabada, mas como uma página em construção, pois sua história, costumes e tradições devem ser respeitados, fortalecendo o sentido de

reciprocidade. O imigrado deve respeitar sua cultura de origem tanto quanto se abrir à cultura do país de acolhida.

Pensar na mulher imigrante significa discutir sobre a teia de intersecções que envolvem diversos demarcadores sociais, como o racismo, o sexismo, a colonialidade, a nacionalidade, a orientação sexual, as diferenças de classes e a própria condição migratória. Ser mulher nesse contexto implica refletir sobre relações de poder históricas e ser capaz de questionar sobre a naturalização dos papéis sociais construídos de homem e mulher, que resultam em desigualdades.

Devido a uma hierarquização sexual, as mulheres ainda passam por uma invisibilidade de sua identidade, já que a grande maioria da população imigrante feminina é exposta à precarização, a riscos, salários mais baixos e assédios em variados ambientes (Fernandes, 2013).

Conforme reflete Padilla (2007, p.113), até pouco tempo a imigração era pensada como um processo predominantemente masculino:

Os imigrantes têm gênero, pertencem a uma etnia, a uma classe social e inserem-se numa sociedade de acolhimento complexa. (...) Além do mais, os imigrantes são produtos duma sociedade na qual foram socializados e chegam também a uma sociedade onde existem papéis e expectativas em relação, não apenas ao imigrante como tal, mas também ao imigrante como homem ou mulher. Desta forma, por existirem imagens, estereótipos e expectativas, e estes variarem consoante o sexo, é óbvio que os *outcomes* possíveis das situações de imigração podem ser múltiplos.

Na visão dos autores Padilla (2007) e Neves e Miranda (2011), atualmente os fluxos migratórios vêm se feminizando. Portanto, é necessário ter em conta a realidade das mulheres imigrantes, visto que as experiências de homens e mulheres são diferentes. Os complexos e dinâmicos processos migratórios abarcam especificidades e devem ser analisados como um fenômeno contemporâneo muito próprio, no qual as influências de gênero e as outras pertencas identitárias devem ser valorizadas. Se em alguns casos as migrações femininas envolvem experiências de violência e discriminação, em outros podem proporcionar vivências de empoderamento, autonomia, transformações e enriquecimento pessoal (Padilla, 2007; Neves; Miranda, 2011).

Cabe, então, compreender a dimensão global das migrações não só como um fenômeno que trata das mobilidades, mas como um processo com interesses que se desenvolvem para além dos aspectos econômicos, políticos, geográficos, culturais, religiosos, etc., cruzando-se em particular com a variável gênero.

Nesse domínio, assim como existem estereótipos, representações e expectativas relacionadas aos imigrantes, **também existem consequências diretas e indiretas na experiência migratória das mulheres**, na qual o preconceito e as imagens negativas podem afetar e dificultar o seu dia a dia.

Segundo Padilla (2007), na atualidade, os fluxos migratórios vêm trazendo implicações e novos padrões tanto para as migrações femininas quanto para as sociedades de acolhimento. É, portanto, impossível negar a importância das mulheres

nos movimentos migratórios contemporâneos. Cabe, assim, destacar que as políticas migratórias e legislações nacionais têm considerado muito pouco os problemas específicos das mulheres imigrantes, particularmente quanto à sua vulnerabilidade, tendo em vista que muitas estão expostas à exploração laboral, às discriminações e à violência.

Esse é um dos casos de invisibilidade do mundo contemporâneo, em que a globalização produz novos padrões de dominação. Segundo Spivak (2010, p.12), o sujeito subalterno é representado pelas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. A autora coloca que o carácter subalterno, neste caso representado pela imigração feminina, encontra-se fora do padrão do poder hegemônico e faz referência aos grupos marginalizados, cujas vozes ou representatividades são omitidas em decorrência do seu *status* social. Em suma, são sujeitos e grupos sem autonomia, cujos atributos de subordinação são relacionados à classe, idade, **gênero**, etnia, trabalho, etc. São aqueles que não se inserem no ambiente globalizante capitalista e excludente. A condição de subalternidade é o resultado das relações de poder e do imperialismo cultural. Entretanto, tal termo não é estanque e não deve ser visto como imutável (Spivak, 2010).

De acordo com a autora, o sujeito subalterno geralmente é impedido de pronunciar-se em sua totalidade. Podemos dizer que ele posiciona-se no centro do silencioso e silenciado, caracterizado pela violência da opressão. As mulheres, os negros, os indígenas, os camponeses, os analfabetos, as camadas mais baixas do subproletariado urbano, etc., são percebidos pela autora como símbolos do esquecimento, e, principalmente, o sujeito subalterno feminino, como as mulheres imigrantes sujeitas a situações de marginalidade, em que ainda são vistas a partir do olhar colonial e patriarcal.

Tal colocação merece a devida atenção, especialmente quando se trata do tema das migrações, pois nem sempre o relacionamento entre estrangeiros e nacionais se efetua sem alguma conflitualidade. Essa constante, observada ao longo dos séculos, apresenta-se como motivo de inquietação na sociedade contemporânea globalizada, tal é o volume e a diversidade das questões que os movimentos migratórios evocam.

No incontrolável espaço global, os imigrantes possuidores de tantas diferenças representam uma ameaça à constituição do equilíbrio econômico, aos meios de sobrevivência e às posições sociais de alguns membros da sociedade do país de acolhimento, sem falar nos recursos locais que serão disponibilizados para acomodá-los. Assim, “por inúmeros motivos, os imigrantes tornaram-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteiras” (Bauman, 2009, p. 77).

Invadir esse espaço confortável, acolhedor e seguro do ambiente nacional, cruzando para um mundo de forças incontroláveis, selvagens, ameaçadoras e imprevisíveis, gera um medo ao qual as pessoas se apegam e que pode conduzir a

comportamentos de discriminação e preconceitos contra os imigrantes. As sociedades dos países hegemônicos são forçadas à convivência com o “outro”, que vivia distante, seguramente controlado. O ex-colonizado, nesse caso dos países lusófonos, passa a viver e a frequentar os lugares públicos, disputar vagas de emprego, usufruir da saúde e dos benefícios do estado, suas crianças frequentam as escolas e trazem consigo valores, modos de vida, tradições e sotaques considerados “diferentes e incômodos” aos olhos dos autóctones. Essa situação causa desconforto e pode constituir um drama para as sociedades contemporâneas.

Diante das dimensões mais problemáticas que envolvem os imigrantes nos países de acolhimento, Maalouf (1999) defende que o único meio razoável de se reduzir as desigualdades, os preconceitos, as tensões étnicas, de gênero, religiosas ou de outro tipo, é respeitando todas as diferenças e tratando cada ser humano como um cidadão de pleno direito, qualquer que sejam as suas pertencas, pois as matanças efetivam-se sempre com os mais belos pretextos, como a justiça, a igualdade, a independência, os direitos dos povos, a democracia, a luta contra os privilégios, etc.

Na era da globalização, as identidades tornaram-se cada vez mais instáveis e mutáveis, refletindo a fluidez das fronteiras culturais, sociais e econômicas. No entanto, essa instabilidade pode gerar desconforto e resistência, levando à busca por afirmações identitárias rígidas e excludentes, que se manifestam por meio de fundamentalismos e diversas formas de violência (Canclini, 1999). Nesse contexto, as mulheres imigrantes vivenciam de forma particular as tensões da globalização, enfrentando não apenas a transformação de suas referências culturais, mas também múltiplas formas de discriminação – de gênero, etnia, classe e *status* migratório. Compreender essa experiência exige uma análise atenta às intersecções entre identidade, poder e deslocamento.

2.1 *Colonialidade e as mulheres brasileiras em Portugal*

Os papéis tradicionais da mulher – como mãe, esposa, dona de casa, dependente ou subordinada – fazem parte do imaginário social construído pelo sistema patriarcal, no qual a figura feminina é duplamente colonizada: pelo colonialismo histórico e pelas estruturas de dominação de gênero. Esses papéis se refletem, por exemplo, na expectativa de que mulheres priorizem o cuidado da família em detrimento de suas próprias aspirações. Além disso, mulheres que rompem com esses papéis – como as que migram sozinhas em busca de autonomia – muitas vezes podem enfrentar estigmas sociais e desconfiança, revelando a persistência dessas normas patriarcais. Deste modo, é possível perceber que o princípio da dominação de gênero está subordinado às manifestações coloniais globais que prevalecem na sociedade contemporânea ainda hoje.

Nesse âmbito, cabe destacar o estudo de Lugones (2014b) sobre colonialidade e gênero, no qual a autora faz uma crítica à ciência moderna e suas diferentes disciplinas e menciona que tais recursos acabam por definir como ponto de referência um centro

imaginado, em que o sexismo e o etnocentrismo estão de tal forma naturalizados que se tornam algo legítimo. Como exemplo, as mulheres (gênero feminino), as quais foram definidas como “Outro” pelos homens (gênero masculino) – considerados como o centro e que definem as periferias – continuam sendo inferiorizadas pelo capitalismo global em todo o mundo.

Essa indiferença é encontrada tanto no nível da vida cotidiana quanto no nível da ideia de teorizar sobre opressão e libertação. Não é causada apenas pela separação categórica entre raça, gênero, classe e sexualidade, separação que não nos permite ver claramente a violência. Não é só uma questão de cegueira epistemológica cuja origem reside em uma separação categórica (Lugones, 2014b, p. 14, tradução nossa).

Para María Lugones, a teorização da dominação global está ligada à colonialidade do poder, mas ela a amplia ao destacar como o colonialismo impôs uma hierarquia de gênero ocidental, subordinando especialmente mulheres não brancas. Essa estrutura ainda organiza as relações sociais e, ao ignorar as múltiplas opressões vividas por essas mulheres, a teoria dominante naturaliza sua subordinação e transmite a ideia de que resistir não é necessário ou possível. Logo, caracterizar esse sistema de gênero colonial/moderno nos permite ver claramente a profundidade e extensão dessa imposição colonial. O princípio do pensamento moderno ocidental/europeu, que foi constituído e estruturado em bases coloniais, determina a dinâmica que, ainda hoje, conserva argumentos que marcam a posição “dos colonizadores e dos colonizados”, estabelecendo relações políticas e culturais excludentes, mantidas pelo sistema mundial global.

Neste sentido, consideramos que os efeitos dos processos das migrações internacionais também estão vinculados às bases coloniais. Segundo esclarece Costa (2012), as migrações contemporâneas, produto da transculturação, traduzem redes de relacionais entre forças hegemônicas e subalternas que operam dentro da lógica dos interstícios.

O colonialismo eurocêntrico ainda se apoia em uma noção biológica e binária, possibilitando, por sua vez, a articulação da colonialidade do poder/gênero em várias escalas (locais, nacionais, regionais, globais), bem como às posições de sujeito (gênero/sexual, étnico-racial, classe social, etc.), demarcando as identidades. É nesse sentido que o sistema de poder desigual se reproduz, remetendo para as margens as mulheres imigrantes, sobretudo as do sul e do denominado “Terceiro Mundo” (Lugones, 2014b).

As representações fundadas nas distinções históricas, culturais, sexuais e raciais, transmitidas internacionalmente, podem ser consideradas como um tipo de persuasão em que a condição social vulnerável da mulher imigrante brasileira é efetivamente forjada na ideologia de um caráter nacional, baseado nas desigualdades (Pontes, 2004).

O estereótipo sexualizado e da “brasilidade” da mulher brasileira tem como “pano de fundo” a história do imperialismo e do colonialismo português, expresso por meio das relações desiguais entre os dois países, bem como pela hegemonia econômica

mundial. Essas representações estão associadas ao campo simbólico da tropicalidade e do exotismo, em que os diferenciais de desenvolvimento e distribuição de renda também são explorados (Fernandes, 2013).

Enquanto a representação do Brasil é feminizada, a de gênero é sexualizada. O esquema classificatório envolvido nesse processo de sexualização da mulher imigrante brasileira está ligado ao fato de esta pertencer a um outro grupo étnico-nacional exótico, periférico, racializado e de uma classe econômica subalterna (Pontes, 2004).

As representações do senso comum, que se construíram ao longo de três séculos de dominação colonial e dos quase dois séculos no contexto pós-colonial entre Brasil e Portugal, conservam ideias formuladas na lógica da exploração e do patriarcado, justificando a adoção da prática da violência simbólica de gênero (Fernandes, 2013; Formiga, 2015).

O discurso colonial patriarcal, sedimentado no pensamento abissal², coloca a mulher numa posição de vulnerabilidade e invisibilidade, em que se constroem e se estabelecem representações sociais específicas.

Em complemento, Machado (2003) elucida que as generalizações criadas e que recaem sobre as mulheres brasileiras são elaboradas quando elas chegam a Portugal, e relacionam-se com o fato de elas emigrarem para a ex-metrópole, onde ainda permanece o pensamento hierárquico “metrópole – colônia”. Portanto, é necessário refletir sobre opiniões, atitudes e comportamentos atribuídos em função de um passado de dominação colonial e que pode vir a comprometer as relações lusófonas.

No que tange ao imaginário relacionado à “mulher brasileira” em Portugal, a concepção de um “corpo colonizado”, alvo de opressão e visto como algo disponível, exótico e erótico (Fanon, 1983; Lugones, 2014a), pode ter contribuído com a criação de um imaginário colonial que acabou por favorecer a disseminação de representações negativas, as quais ainda permanecem atualmente: Entende-se que, não sendo substantivo, nem essencial, “Mulher Brasileira” é antes de tudo uma construção social, discursiva e performática, imersa em relações de poder históricas e em modos de subjetivação sempre reconstruídos (Gomes, 2003, p. 868).

Segundo Formiga (2015), na visão dos homens portugueses, as mulheres brasileiras são vistas como objeto de desejo, enquanto para as mulheres portuguesas a brasileira é considerada uma figura ameaçadora do modelo feminino tradicional. Portanto, as representações sociais da “mulher brasileira” são normalmente atravessadas por preconceitos e estereótipos.

O “jeito de ser e viver a cultura brasileira” tem sustentado, mesmo que não intencionalmente, as representações sobre a “brasilidade e sexualidade” em Portugal. Essas generalizações acabam por produzir representações sociais constituídas por relações de poder, através do imaginário hegemônico português, às quais as imigrantes

² Segundo Santos (2007), as colônias representam um modelo de exclusão. O pensamento moderno ocidental continua a dividir o mundo e a negar uma parte da sua própria humanidade. Em consequência, as diferentes formas do **pensamento abissal** apropriam-se de práticas de violência e formas de discriminação cultural, sexual e racial, perdurando estruturas mentais assentes num pensamento discriminante, velado e instituído.

brasileiras tendem a adaptar-se (Machado, 2003). Contudo, o que chama atenção é o suposto preconceito contra as brasileiras se apresentar como uma contradição com a ideia da “fraternidade luso-brasileira”.

3 A Prática do Grupo Focal

A seguir, cabe pormenorizar a metodologia utilizada neste estudo. A análise de conteúdo é uma técnica que nos permite organizar o discurso dos sujeitos da pesquisa, tornando possível delimitar um conjunto de categorias de significação, codificadas de acordo com os critérios de classificação. Essas categorias permitem a exploração, compreensão, associação e interpretação dos dados e das informações, a partir da sua própria estrutura (Bardin, 1977; Amado, 2014). Sendo assim, da análise de todo o material coletado, privilegiamos a dimensão interpretativa e os significados culturais, procedendo em quatro etapas metodológicas: 1) análise prévia; 2) exploração dos dados; 3) tratamento e interpretação dos dados e 4) discussão dos resultados das análises. Procedendo, num primeiro momento, à leitura preliminar e exaustiva do *corpus* empírico.

O elemento determinante do grupo focal está no processo interativo desenvolvido entre os participantes e o entrevistador. A escolha dessa técnica como estratégia metodológica qualitativa ocorreu devido ao fato de esse recurso envolver a partilha de ideias e pontos de vista, favorecendo a obtenção de dados por meio do debate em grupo, num curto espaço de tempo, podendo ser empregado para analisar determinados aspectos de um dado objeto, contribuindo para a obtenção de uma ampla variedade de dados, não facilmente alcançada por outros tipos de técnica de pesquisa (Veiga; Gondim, 2001; Amado, 2014).

Esse debate em grupo teve como objetivo permitir o acesso a conteúdos das representações sociais e, a partir dessa análise, salientar a problemática da identidade na visão dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, foram elaborados dois guiões de entrevista³: um para o grupo dos alunos brasileiros e outro para os portugueses, regularmente matriculados e frequentando os programas de mestrado e doutorado das Universidades de Aveiro, Coimbra e Minho - Portugal.

Para compor os grupos focais, contamos com o apoio das instituições mencionadas, de professores e de alguns estudantes que se dispuseram a convidar outros. Relativamente aos procedimentos adotados, utilizamos a técnica de amostragem por conveniência não probabilística (bola de neve). As sessões foram realizadas no período correspondente ao ano letivo de 2015. A duração das sessões variou entre uma e duas horas e ocorreram dentro das instalações dessas universidades e em associações de estudantes.

A formação dos grupos ficou a cargo da acessibilidade e colaboração voluntária dos alunos, em cada uma das instituições envolvidas. Ao todo, foram realizadas (09)

³ O guião de entrevista continha questões parecidas, apenas sendo orientado para o público-alvo específico.

nove sessões de grupo focal: três delas tiveram lugar na Universidade de Aveiro, três na Universidade de Coimbra e as três últimas na Universidade do Minho.

Com efeito, pretendeu-se, a partir dos debates em contexto dos diferentes grupos focais, produzir dados para serem submetidos à análise de conteúdo. A partir da interação verbal entre todos os sujeitos integrantes das sessões realizadas, emergiram as representações das brasileiras em que despontaram as percepções sociais subjetivas socialmente partilhadas, o que constituiu uma base de dados para a análise.

3.1 Representações sociais das brasileiras por universitários em Portugal

O grupo que investigamos, bastante heterogêneo, é representado no total por 64 (sessenta e quatro) sujeitos: estudantes brasileiros (33) e portugueses (31)⁴, pertencentes às universidades de Aveiro, Coimbra e Minho (Quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Características	Brasileiros	Portugueses
Idade	21 a 50 anos	21 a 50 anos
Gênero	Mulheres - 22 Homens - 11	Mulheres - 20 Homens - 11
Estado Civil	Solteiros - 23 Casados - 3 Separados - 3 Co-habites - 3 União estável - 1	Solteiros - 22 Casados - 5 Separados - 0 Co-habites - 4 União estável - 0
Habilitação	Doutorado - 26 Mestrado - 7	Doutorado - 18 Mestrado - 13
Área de estudo	Ciências Humanas - 28 Ciências Exatas - 4 Ciências Biomédicas -1	Ciências Humanas - 20 Ciências Exatas - 11 Ciências Biomédicas - 0
Estatuto	Estudante a tempo inteiro - 29 Estudante trabalhador - 2 Estudante trabalhador temporário - 2	Estudante a tempo inteiro - 23 Estudante trabalhador - 8 Estudante trabalhador temporário - 0
Bolsa de estudos	Com bolsa - 12 Sem bolsa - 21	Com bolsa - 11 Sem bolsa - 20

Fonte: Merçon (2020).

Visando atingir a diversidade no que diz respeito às experiências pessoais e pontos de vista distintos, buscamos envolver nesta pesquisa sujeitos de gêneros, idades, estados civis, habilitações e áreas de estudo diversos. Sendo assim, o grupo predominantemente

⁴ A diferença de dois alunos em comparação com o grupo dos brasileiros não foi considerada relevante para o grupo focal dos portugueses.

foi representado por sujeitos com idades compreendidas entre os 30 e 40 anos, mulheres solteiras, doutorandas e alunos da área das Ciências Humanas, e a maioria sem bolsas de estudo.

Neste percurso investigativo, realizamos grupos focais com participantes brasileiros e portugueses para explorar suas percepções sobre os temas centrais da pesquisa. Durante as sessões, os debates gerados pelos participantes nos ajudaram a identificar as questões mais relevantes para o estudo. A partir dessa análise, organizamos o conteúdo dos discursos em categorias e subcategorias temáticas, sistematizando os dados de maneira a destacar as dimensões subjacentes a cada tópico discutido. Assim, buscamos compreender as opiniões e os debates dos sujeitos, organizando-os em torno dos principais problemas que emergiram ao longo das discussões.

Em busca de uma leitura mais aprofundada e ilustrativa, o Quadro 2 demonstra os resultados a que chegamos no que se refere a uma das categorias analisadas na pesquisa, denominada **Interação**, em que os sujeitos da pesquisa fazem menção a alguns tipos de preconceitos existentes nas suas opiniões, como também à qualidade do relacionamento entre brasileiros e portugueses, dentro e fora do contexto acadêmico português.

Quadro 2 - Modos de interação dos universitários brasileiros e portugueses

Subcategorias/Dimensões	Preconceitos	Qualidade dos relacionamentos	
	Tipos	Indiferente	Formal
Interação	• Em geral • Gênero • Étnico • Imigrante • Econômico	• Desinteresse • Distância	• Profissional

Fonte: Merçon (2020).

Pelo fato de a subcategoria “Preconceitos”⁵ ter despontado de modo recorrente no debate dos participantes da pesquisa, iniciamos nossa análise e interpretação dos dados por esse aspecto do discurso dos sujeitos.

No Quadro 2 observamos que os preconceitos em geral e de gênero emergem como duas das principais problemáticas que afetam a inter-relação dos sujeitos brasileiros e portugueses em Portugal, seguidos dos preconceitos étnicos contra o imigrante e o econômico, com menor intensidade. No que se refere aos preconceitos em geral, e aos de gênero em particular, tais questões foram abordadas nos discursos demonstrados a seguir, evidenciando-se nas percepções debatidas entre estudantes brasileiros e portugueses:

⁵ As discussões ocorridas nos diferentes grupos focais foram analisadas considerando as falas de todos os participantes, independentemente da nacionalidade e do gênero, compondo o *corpus* utilizado para a interpretação dos dados referente a alguns tipos de preconceito.

Eu sou de uma terra assim pequena, uma aldeia, e vejo desde novo os comentários sobre os brasileiros que não eram muito positivos, porque muitas vezes, uma brasileira estava na origem de um divórcio e a associação com a prostituição ou qualquer coisa assim, e então havia essa conotação negativa (...) (**estudante português** de mestrado da Universidade de Aveiro).

(...) Quando fui alugar um quarto e a gente ia fechar o negócio, o senhorio, que era mais velho, falou que eu não poderia levar nenhum tipo de namorado, porque os brasileiros tem hábitos sexuais menos conservadores ou coisa do tipo (...) (**estudante brasileira** de doutorado da Universidade de Coimbra).

(...) Eu sei de uma situação em que um amigo meu começou a namorar uma brasileira e, pelas costas, era sempre a mesma conversa: — Ela só anda atrás dele por causa da nacionalidade e ele nem gosta dela assim. É porque ela deve fazer aquelas coisas sexuais que não fazem cá! (**estudante português** de mestrado da Universidade do Minho).

Nos excertos dos discursos que apresentamos, sendo retratadas experiências de ambas as nacionalidades, podemos observar que a imagem negativa e preconceituosa, construída socialmente, sobretudo acerca das brasileiras, representa ainda hoje uma realidade que abrange uma fração considerável da sociedade portuguesa. O estigma da hipersexualidade da mulher brasileira, por exemplo, com origem em imaginários tradicionalistas coloniais, desponta como um preconceito que aparece de modo indireto/sutil ou de modo flagrante no cotidiano português.

Conforme revelam esses resultados, mesmo com o *status* de estudantes de nível superior altamente qualificadas, algumas das brasileiras participantes da pesquisa afirmam terem vivenciado episódios de preconceito em sua trajetória. Uma realidade que as coloca numa situação de grande desvantagem, implicando na forma como se adaptam, se integram e exercem seus direitos de ser e estar em Portugal.

Face a esse cenário, buscamos, apoiados na literatura, identificar alguns fatores que podem influenciar, de forma negativa, os modos de interação da comunidade brasileira e portuguesa em Portugal. Um dos principais aspectos a ser observado parte da construção de representações sociais da mídia brasileira e internacional acerca da imagem das “mulheres brasileiras”. De acordo com Pontes (2004), os discursos textuais e imagéticos difundidos pelas mídias reconstroem um imaginário social colonial/patriarcal da “mulher brasileira”, mostrando a sua sensualidade com um excesso de preconceito e generalização, consolidando no mundo globalizado estruturas de poder que acabam por reforçar a imagem negativa destas mulheres.

Segundo complementa Cunha (2006), na medida em que os meios de comunicação simplificam e condensam informações, acabam por refletir e manifestar por excelência representações e estereótipos, sobretudo nos temas referente à raça, à imigração, à etnicidade, ao gênero, etc., tendendo a conferir uma visibilidade, ou invisibilidade, em função da percepção da sociedade dominante. Nesse contexto, o simples fato de ser

mulher perante um mundo hegemônico masculino, configurado por relações de poder, contribui para a construção e exploração de estereótipos do modelo feminino tradicional, cristalizando-se representações sociais associadas à dominação patriarcal e, consequentemente, ao imaginário colonial sobre “a mulher dos trópicos”.

[...] as relações coloniais, forjaram em Portugal um imaginário sobre o Outro, homem, mulher ou comunidades. Este imaginário, alimentado durante séculos, compreende imagens-síntese, muito próximas de estereótipos, que se encontram inculcadas, em diferentes níveis, nos cidadãos das ex-metrópoles coloniais. Garantindo a coesão identitária, estas imagens-síntese assumem, no mais das vezes, a forma de preconceitos identificáveis não só nos comportamentos como nas representações do Outro. A estas imagens não foge a mulher brasileira entendida como arquétipo de sensualidade, disponibilidade sexual e transitoriedade afetiva (Cunha, 2006, p. 537).

A estereotipia de gênero sobre a “mulher brasileira”, construída pelos estrangeiros, e também compartilhada pelos portugueses, recorrente tanto na mídia quanto no turismo, está relacionada à comercialização do exótico e do culto ao corpo perfeito. Segundo Pontes (2004, p. 234), “essa estratégia de marketing ganha amplitude na sociedade portuguesa tanto pela incidência real do fenômeno quanto pela sexualização da mulher periférica”.

Para a autora, os processos de exotização e sexualidade de gênero do Brasil são utilizados como estratégias de marketing e explorados pelo turismo regional e nacional, a partir de interesses da mídia para a mercantilização do local, da história, das paisagens, das *performances* culturais e corporais da população feminina brasileira, contribuindo para a construção de representações da identidade da “mulher brasileira” internacionalmente. Neste sentido, percebemos que a imagem da “mulher brasileira” imigrante na Europa enquadra-se num retrato de exotismo e sexualidade fixados, principalmente através da atração por aquilo que oriunda dos países tropicais. Os corpos bronzeados, torneados e as roupas leves podem, de certa forma, contribuir para que essas mulheres sejam vistas como mais disponíveis, perpetuando estereótipos no imaginário coletivo.

Como também destaca Silveira (2017), a visão nostálgica dos portugueses em relação aos povos e ao passado histórico colonial acaba por manter, de certa forma, as representações que carregam as marcas do olhar exotizado atravessadas por associações de poder e de dominação, reforçadas, frequentemente, pelo binarismo entre colonizador e colonizado.

Além disso, dentro desse espaço de representações, o mito da “miscigenação harmoniosa” do povo brasileiro, conjuntamente com as manifestações culturais atuais, são transformadas em um ornamento estereotipado do “Outro” exotizado, erotizado e diferente, em que o discurso midiático nacional e internacional torna essas imagens/características como as mais atraentes do país (Silveira, 2017).

Por outro lado, a visibilidade mundial do Brasil geralmente está veiculada às imagens divulgadas através das novelas, dos desfiles de escolas de samba, das celebridades, das músicas, das danças etc. Mulheres belas, exuberantes, sensuais, fascinantes e disponíveis fazem parte da identidade nacional, da fantasia e do imaginário coletivo de milhares de estrangeiros, sobretudo portugueses. Essa marca identitária acaba por articular “supostas características físicas, culturais e comportamentais, para inferiorizar, essencializar e estigmatizar grupos humanos não europeus” (Gomes, 2013, p. 872). Neste sentido, tais concepções acerca do corpo feminino, implantadas desde o período colonial e apoiadas pelo patriarcado, impõem sua influência até os dias atuais.

Segundo Spivak (2010), esse é o caso da mulher subalterna, que não encontra meios de se fazer ouvir, e, mesmo que tente falar, acaba por ocupar um lugar intrincado e inquietante no contexto pós-colonial. Contudo, a autora alerta que não se deve falar pelo outro, mas sim criar condições e trabalhar contra a subalternidade no sentido de dar voz às diferentes narrativas, tornando visíveis pessoas e grupos que foram “anulados” da história no período colonial e pós-colonial.

A produção do estigma dos brasileiros em Portugal, de modo especial o da “mulher brasileira”, atravessa questões históricas, culturais, étnicas, de gênero e de pertença, sendo determinadas por relações desiguais de poder (Pontes, 2004; Formiga, 2015). No ambiente globalizante capitalista e excludente, as representações negativas face à imigrante brasileira passam a ser uma referência, interferindo na forma como essas mulheres são percebidas e tratadas pelos cidadãos nacionais.

Embora o preconceito de gênero seja visto como o tipo mais comum, os preconceitos étnicos, econômico e em relação ao imigrante também são evidenciados, ainda que ambos os grupos considerem que a condição de imigrante estudante altamente qualificado seja privilegiada, promovendo um patamar de inter-relação menos preconceituoso comparado com os demais imigrantes brasileiros, como mencionado em alguns debates:

Fora da Universidade eu senti muita dificuldade, mas muita mesmo. Porque eu vivo nestes ambientes para além do profissional e percebi muito preconceito, no comércio, na rua e até na festinha da escola da minha filha, onde apareceram duas crianças, numa sala de trinta alunos (**estudante brasileira** de doutorado da Universidade de Aveiro).

(...) Os meus colegas brasileiros são mais aqui da Universidade e penso que estes possuem certas condições financeiras, oportunidades e facilidades, que outros imigrantes brasileiros fora da Universidade não têm (...) (**estudante português** de doutorado da Universidade de Coimbra).

Em contraponto a imigração semiqualficada ou desqualificada de brasileiros permite-nos detectar sinais de que os membros do grupo dos estudantes de nível superior são mais “bem vistos” e aceites, apesar de também encontrarem algumas dificuldades, do que o grupo de imigrantes que vive a realidade do desemprego ou subemprego.

Segundo Machado (2006), as identidades brasileiras construídas a partir da experiência da imigração são distintas entre si, sendo atravessadas por inúmeras variáveis:

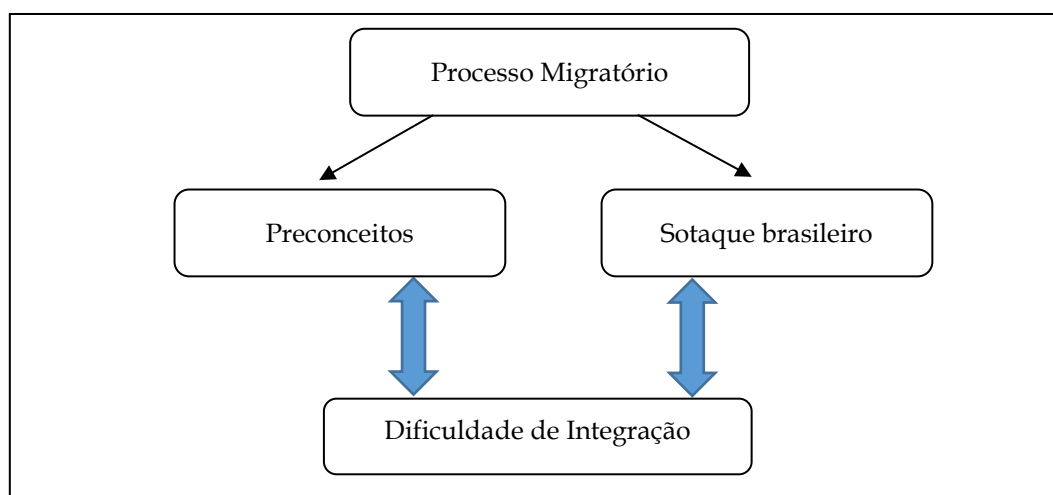
- 1) por questões de classe entre a população imigrante, 2) por questões de temporalidade da imigração, 3) por questões de gênero e sexualidade, 4) de ascendência portuguesa (por sua vez diferenciada por graus diferentes de ascendência), 5) por questões de cor/raça, 6) por questões de ocupação no mercado de trabalho, 7) por questões de origem regional e, finalmente, 8) por questões de religião, entre outras possíveis (Machado, 2006, p. 126).

Para o autor, tais clivagens se combinam, formando complexas configurações diferenciadas dentro do processo de construção de identidades brasileiras em Portugal. Dentre estas, acrescenta-se também aquela que se refere à questão do nível de escolaridade e qualificação, que igualmente irá determinar posicionamentos diferentes entre os imigrantes brasileiros e os cidadãos portugueses. Deste modo, percebe-se que o tratamento dado ao imigrante considerado “desqualificado” tem a ver com o pensamento hierárquico de alteridade herdado do império colonial, o qual marca as posições de superioridade e inferioridade.

No que diz respeito à segunda subcategoria “Qualidade dos relacionamentos”, observamos uma certa indiferença e distância nas relações entre os estudantes brasileiros e portugueses, restringindo-se, muitas vezes, a um nível formal e profissional. Todavia, tais características são mais notadas nos relacionamentos dentro da universidade.

Contudo, os resultados apontam especialmente para as dificuldades enfrentadas pelo grupo dos brasileiros, uma vez que se encontram no centro das questões mais problemáticas dessa investigação. Na Figura 1, procuramos apresentar as principais dificuldades referidas por esses sujeitos.

Figura 1 - Fatores de dificuldade de integração no processo migratório dos brasileiros em Portugal



Fonte: Merçon (2020).

Com base nos referenciais teóricos apresentados e no que podemos constatar a partir do nosso estudo, em todo processo migratório é necessário ter em conta o complexo sistema de contato multi e intercultural experienciado pelos imigrantes, o qual envolve aspectos quer socioculturais quer psicológicos. Conforme ilustrado na Figura 1, elaborou-se um esquema que sintetiza o processo migratório, destacando os principais fatores que dificultam a integração de brasileiros em Portugal. A partir dos dados analisados, observa-se que os preconceitos de gênero e a diversidade linguística – especialmente no plano fonológico do português falado no Brasil – constituem elementos que impactam diretamente a qualidade desse processo de integração. Tais fatores configuram barreiras socioculturais permeadas por relações de poder, revelando uma série de representações negativas, sobretudo em relação à mulher brasileira.

A partir dos debates analisados, percebemos que essa imagem muitas das vezes é construída como hipersexualizada e disponível, sendo associada à espetacularização da cultura brasileira, isto é, a um “corpo exótico/colonizado”⁶. Esses elementos emergem, em sua maioria, de modo crítico, nos discursos dos participantes brasileiros e portugueses, inclusive no depoimento dos sujeitos masculinos de ambas as nacionalidades envolvidos na pesquisa.

Conforme revelam os resultados, o “sotaque brasileiro” surge como um fator identitário que pode conduzir a situações inusitadas de preconceito e discriminação, uma vez que foi construído um lugar hegemônico pela ex-metrópole, em que a figura da mulher, associada à pronúncia/sotaque, tornou-se uma espécie de *marca identitária nacional*, a qual determina a posição de marginalização e de desconfiança por uma fração considerável da sociedade portuguesa. Face a essas questões, entendemos melhor alguns dos problemas do ideal e prática de uma comunidade lusofônica, os quais parecem girar em torno das relações de compreensão mútua e do direito à diversidade no espaço lusófono pós-colonial.

Esse contexto remete de uma forma mais particular para o debate acerca da crise das identidades (Hall, 2006) e do processo de tradução cultural (Bhabha, 1998), em que as mulheres brasileiras, por vivenciarem situações assimétricas de poder (Foucault, 1999), necessitam ajustar-se, reformular-se e continuamente negociar sua identidade de imigrante. Tal realidade implica com frequência um doloroso processo, no qual a negociação entre as novas e as antigas matrizes culturais e identitárias conduzem a um embate que pode dificultar a experiência de aculturação e integração dessas mulheres em Portugal.

Entretanto, sublinha-se que o distanciamento entre os grupos é mais percebido pela comunidade brasileira, visto que esses indivíduos fazem parte do grupo não

⁶ Fanon (1983) faz uma análise do poder colonial, enquanto exercício de saber-poder sobre o corpo das mulheres indígenas e negras (que são afetadas pelas intersecções entre o racismo e o sexismo). Em nossa pesquisa, para além do caráter “colonial subalterno”, associamos a esse conceito a ideia de “corpo exótico”, referente à categoria das mulheres imigrantes, sendo entendido como um corpo invulgar, erótico, excêntrico e culturalmente primitivo.

nacional. Com efeito, podemos inferir que os sentimentos de distanciamento e de indiferença, os quais marcam a relação recíproca entre ambos os grupos, podem estar relacionados com uma espécie de “quebra de laços de solidariedade” (Maffesoli, 1999), que passa pelo processo histórico-cultural nos dois sentidos e, ao mesmo tempo, está ligada aos modos de acolhimento e de integração dos imigrantes brasileiros em Portugal (Soares, 2003).

4 Considerações Finais

Falar em ser mulher num contexto patriarcal contemporâneo, mesmo com todas as informações disponíveis e de fácil acesso por meio das tecnologias, requer uma reflexão sobre ser mulher em suas diferentes dimensões, como: etnicamente diversas, imigrantes, solteiras, casadas, idosas, hipersexualizadas, violentadas, sexualmente livres, etc. Exige-se repensar sobre seus corpos, espaços, narrativas, diversidades e direitos, sendo necessário questionar as representações da mulher, que são sustentadas por estruturas de poder machistas e coloniais.

Para uma ex-colônia, a descolonização implica um diálogo com o passado, pois é preciso saber o que fazer com os “remendos e farrapos” da herança colonial. Neste sentido, vale refletir sobre os padrões e efeitos do patriarcado na contemporaneidade (Appadurai, 2004). Dentre os diversos fenômenos, foca-se o olhar para as causas feministas, cuja luta pelo reconhecimento transita em meio às relações de subalternidade e à construção ideológica de gênero, mantida pela dominação masculina. Nesse percurso, a mulher está submetida tanto ao sistema quanto ao sujeito masculino, é duplamente silenciada e colonizada, pois a querela sobre o reconhecimento dos direitos iguais inclui a compreensão acerca do feminismo descolonial (Lugones, 2014a).

Mais especificamente, segundo a referência da colonialidade do gênero, significa que a mulher colonizada é uma categoria vazia, representada como uma fêmea desumanizada, feita para a procriação, submetida ao processo constituído pela missão civilizatória e de cristianização. De modo efetivo, “pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral” (Lugones, 2014a, p. 939).

A esse respeito, evidenciam-se as reflexões de Foucault (1988) acerca das relações de poder estabelecidas a partir do tripé saber-poder-subjetivação, que envolve as intersecções entre sexualidade, gênero, raça e colonialidade. Esse mecanismo de construções histórico-sociais acaba por definir as populações que poderiam ser escravizadas e marginalizadas, atribuindo valores e características que as inferiorizam, além de produzir a sua hipersexualidade.

As diversas formas de poder na contemporaneidade estão estritamente relacionadas à ação de dominação dos corpos, em especial através do poder disciplinar, pela sociedade do controle ou de risco e, principalmente, pela sexualidade, especialmente das mulheres, que são vistas como um instrumento de domesticação e

repressão imposto ao longo da história (Foucault, 1988). As ideologias que se apropriam da inferiorização feminina, enquanto forma de controle, e da colonização, como justificativa para a exploração sexual, resultam em concepções preconceituosas e discriminantes, com o intuito de se obter a sujeição dos corpos.

Embora com alguma evolução, observa-se que a colonialidade de gênero ainda persiste e permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construto central do sistema de poder capitalista mundial (Lugones, 2014a). Logo, a autora propõe que o posicionamento da colonialidade de gênero, rumo à libertação, avance a partir da contestação apoiada numa política de resistência e que estabeleça a legitimidade, a autoridade, a voz, o sentido e a visibilidade, recusando os significados e a organização social engendrados pelo poder.

Portanto, cabe salientar a importância dos estudos de gênero e pensamento feminista para que essas interferências educativas-pedagógicas-políticas, associadas à descolonização do pensamento, sejam capazes de interromper as violências, exclusões e preconceitos vigentes nos paradigmas binários, hierárquicos e hegemônicos contemporâneos, com o propósito de reinventar as subjetividades ativas (Lugones, 2014a).

Com efeito, descolonizar o pensamento/ser/gênero é necessariamente uma práxis que decreta uma crítica ao processo de redução ativo das pessoas, bem como um exercício contra a marginalização, a opressão e o investimento de transformar o sujeito colonizado(a) em um ser humano menos civilizado (Spivak, 2010; Lugones, 2014a).

Através da análise dos resultados dos diferentes *Focus Group*, foi possível confirmar a presença de atitudes preconceituosas no contexto português, em que predomina um preconceito de conotação sexual pelas mulheres brasileiras, enquanto a representação do Brasil é feminilizada, a de gênero é sexualizada.

Ainda que os alunos portugueses não associem esses comportamentos às suas próprias atitudes, essa conduta passa pelo princípio da zona muda ou da “antidiscriminação”, a qual é muito forte dentro das instituições, sendo os preconceitos considerados uma atitude imprópria conforme as normas sociais atuais e, principalmente, no meio acadêmico, no qual a sua demonstração é fortemente criticada, negada ou silenciada. No entanto, os sujeitos portugueses não são alheios a tal situação, pois reconhecem e desaprovam os episódios de preconceito experienciados pelos brasileiros, cometidos pelo que consideramos ser uma fração da sociedade portuguesa.

Enquanto realidade migratória, para além de lidar com tais situações, essas mulheres necessitam confrontar-se com uma série de transições e instabilidades durante tal processo, como enfrentar problemas de integração, adaptação e aculturação, o que pode tornar o seu percurso muito mais doloroso e difícil, ou também levar a diferentes formas de resistência. Logo, percebemos que, assim como existem estereótipos, representações e expectativas relacionadas com os imigrantes em geral, também existem consequências diretas e indiretas na experiência migratória das mulheres, pois o preconceito e as imagens negativas podem afetar e dificultar ainda mais o seu dia a dia.

Neste sentido, é possível compreendermos o papel da mídia no processo de construção das representações sociais das mulheres, em que são apresentados, criados e reforçados, muitas vezes, modelos tradicionais e estereotipados de identidades de gênero. Esses modelos podem conduzir a concepções que colaboram com as cristalizações simbólicas e culturalmente condicionadas, ou seja, uma imagem preconcebida da mulher brasileira.

A partir da análise das discussões em grupo, verificamos que o imaginário da “mulher brasileira” está atrelado às relações de poder e tornou-se uma marca identitária registrada. A pesquisa ainda revela que essas interpretações obrigam tais mulheres a carregarem consigo a etiqueta do “corpo exótico/colonializado”, pela qual são definidas, essencializadas e discriminadas. Naturalmente, a força dessa marca é percebida, ainda mais, em outras realidades migratórias brasileiras femininas. Nesse sentido, a investigação revela que o público-alvo brasileiro, especialmente as mulheres, independentemente de fazerem parte de uma elite intelectual universitária, vivenciam situações de preconceito interseccionado pelo sexismo e sotaque brasileiro, marcado pela colonialidade.

Ao identificarmos a reprodução de práticas de preconceito no cotidiano português, sobretudo no ambiente acadêmico, conforme indicam os resultados apresentados, percebemos uma contradição com os ideais da educação, do diálogo intercultural e da Lusofonia atuando na contramão dos discursos que promovem as resistências às discriminações. Este artigo sugere a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, pois o que foi apresentado constitui apenas um estudo preliminar, cujos dados indicam a persistência de práticas discriminatórias que merecem uma investigação mais detalhada, principalmente no que se refere à imigração feminina.

Referências

- AMADO, João.
(2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- APPADURAI, Arjun.
(2004). *Dimensões Culturais da Globalização - A modernidade sem peias* (T. Costa, Trans.). Lisboa: Editorial Teorema.
- BAPTISTA, Maria Manuel.
(2009). Estudos culturais: O quê e o como da investigação. *Revista da Universidade de Aveiro*, n. especial, p.p 451-461.
- BARDIN, Laurence.
(1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt.
(2009). *Confiança e medo na cidade* (E. Aguiar, Trans.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BHABHA, H. K.
(1998). *O local da Cultura*. ÁVILA, M.; REIS, E. L. L.; GONÇALVES, G. R.. (Trad.) Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- CANCLINI, Néstor García.
(1999). *La Globalización imaginada*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- COSTA, Cláudia Lima de.
(2012). Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Portuguese Cultural Studies*. Universidade Federal de Santa Catarina. n. 4.
- CUNHA, Teresa.
(2006). Gênero, paz e interculturalidade - Uma crítica feminista e pós-colonial. *Ação para a Justiça e Paz - Coleção Agitações*, n. 40.

- FANON, Frantz.
(1983). *Peles negras, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Factor.
- FERNANDES, Danubia Andrade de.
(2013). Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa. *Anuário Americanista Europeu*, n. 11, pp. 217-237.
- FORMIGA, Simone Carvalho de.
(2015). *As representações nas vossas cabeças: sobre o estereótipo midiático da mulher brasileira no imaginário português*. Tese (Doutorado), Universidade do Porto, Porto.
- FOUCAULT, Michel.
(1988). *História da Sexualidade I: A vontade do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GOMES, Mariana Selister.
(2013). O Imaginário Social "Mulher Brasileira" em Portugal: Uma Análise da Construção de Saberes, das Relações de Poder e dos Modos de Subjetivação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 4, pp. 867-900.
- GUERRA, Isabel C.
(2006). *Pesquisa qualitativa e análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia editora.
- HALL, Stuart.
(2006). *A Identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed.). Rio de Janeiro: DPN&A editora. (incluir faltava).
- LEANDRO, Maria-Engracia; CUNHA, Manuel; BAUMANN, Michele.
(2015). Migrações humanas: teorias e práticas. In: SILVA, M. C.; SOBRAL, J. M. (Eds.). *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo – Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Edições Afrontamento.
- LUGONES, Maria.
(2014a). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 22, 3.
- LUGONES, Maria.
(2014b). Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. et al. (ed.). *Género y Descolonialidad*. Argentina: Ediciones del Signo, p. 13.
- MAALOUF, Amin.
(1999). *As identidades assassinas*. Miraflores, DIFEL.
- MACHADO, Igor José de Renó.
(2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- MACHADO, Igor José de Renó.
(2006). *Imigração em Portugal*. Estudos Avançados, n. 57, v. 20.
- MAFFESOLI, Michel.
(1999). *O conhecimento do Quotidiano*. Lisboa: Vega Universidade.
- MERÇON, Aline Bazzarella.
(2020). *Lusofonia e Identidade: Representações sociais recíprocas dos universitários brasileiros e portugueses, 2020*. Tese (Doutorado em Estudos Culturais), Universidade de Aveiro, Aveiro.
- NEVES, Ana Sofia; MIRANDA, Joana.
(2011). Introdução: Gênero e Migrações. *Revista da associação portuguesa de estudos sobre as mulheres*, n. 24, pp 9-12.
- PADILLA, Beatriz.
(2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, J. M. (ed.), *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), pp. 113-134.
- PONTES, Luciana.
(2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, 23, pp. 229-256.
- SANTOS, Boaventura Sousa de.
(2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP*, n. 79.
- SILVEIRA, Lélian Patrícia Oliveira de.
(2017). *O olhar Europeu sobre o Brasil: da exotização do paraíso à mercantilização turística*. Tese (Doutorado). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- SOARES, Maria de Lourdes.
(2003). Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal. *Revista Letras*, n. 59, pp. 215-223.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty.
(2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes.
(2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, n. 2, pp 1-15.

Recebido em
abril de 2024

Aprovado em
junho de 2025